



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

ODETE CORDEIRO DOS SANTOS

**A AMERICANIZAÇÃO CULTURAL NO BRASIL NA DÉCADA DE 1940:
UMA REFLEXÃO HISTÓRICA**

Uberlândia

2025

Ficha catalográfica

ODETE CORDEIRO DOS SANTOS

**A AMERICANIZAÇÃO CULTURAL NO BRASIL NA DÉCADA DE 1940:
UMA REFLEXÃO HISTÓRICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto de História Universidade Federal de
Uberlândia como parte dos requisitos para
obtenção dos títulos de licenciatura e
bacharelado em História.

Orientador: Prof. Dr. Newton D'Ângelo

Uberlândia

2025

ODETE CORDEIRO DOS SANTOS

**A AMERICANIZAÇÃO CULTURAL NO BRASIL NA DÉCADA DE 1940:
UMA REFLEXÃO HISTÓRICA**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Newton D'Ângelo

Profa. Dra. Patrícia Emanuelle Nascimento

Prof. Me. Rogério Medeiros Silva

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gratidão a Deus e ao universo, por ter me dado força para eu chegar até o final do curso. Agradeço à Universidade Federal de Uberlândia e a todos os docentes, que me ajudaram na realização do meu sonho.

Agradeço à minha família, em especial ao meu irmão Herculano, que nunca me negou ajuda quando precisei. Agradeço à minha irmã Adriana pelo incentivo e pelo orgulho que ela demonstra por mim. Agradeço ao meu professor e orientador, Newton Dângelo, que, desde as aulas que tive com ele até a conclusão deste trabalho, me proporcionou a oportunidade de aprender muito sobre o tema e de ter interesse em pesquisá-lo.

Também agradeço aos meus colegas de curso; todos tiveram grande importância na minha vida acadêmica e emocional.

Aos meus dois filhos, João Pedro e Pietro, quero que saibam que sou muito grata por vocês entenderem minha ausência durante as aulas e até mesmo em casa, nas horas em que eu tinha que estudar. Meus filhos serviram de incentivo para eu querer ter uma graduação, principalmente em História, pois, desde pequena, eu tinha esse desejo.

Também não posso esquecer de agradecer ao professor Paulo Roberto Almeida (em memória), pelos conselhos que me dava para não desistir do curso. Ele dizia que o processo não era fácil, mas que o resultado valeria todo o sacrifício.

Durante o curso, grandes mãos me ajudaram a ficar de pé e não desistir. Minha eterna gratidão.

"Na busca por um ideal de modernidade, a cultura americana invadiu o cotidiano brasileiro, transformando hábitos, comportamentos e identidades."(HOBSBAWM, 1995, s/p).

RESUMO

O presente estudo acadêmico se dispõe a uma tarefa de investigar a influência exercida pelo governo estadunidense em território brasileiro na década de 1940. Tendo em vista que essa época em específico corresponde a um marco relevante, em que o modelo idealizado de civilização passou gradativamente da influência europeia para os padrões sociais de comportamento já estabelecidos pelos Estados Unidos da América. Nota-se que essa mudança de paradigma não ocorreu de forma orgânica, mas sim por meio de uma metodologia organizada pelo governo dos Estados Unidos, que ativamente disseminou o conceito de *American way of life*, sobretudo nas demais nações do continente americano, utilizando para isso os mais variados veículos de mídia — sejam revistas como a *Reader's Digest*, ou até mesmo produtos culturais dos mais variados nichos, como produções cinematográficas, programas televisivos, rádio e obras musicais. Dessa forma, o estudo aqui desenvolvido debruça-se ativamente sobre as questões culturais relacionadas a essa influência, que se apresentou amplamente no período, destacando os mecanismos utilizados para a configuração do chamado “imperialismo cultural”, conceito fortemente conectado às questões vivenciadas nas relações Brasil-EUA na atualidade.

Palavras chave: Americanização no Brasil. Década de 1940. Imperialismo cultural.

ABSTRACT

The current academic study undertakes the task of investigating the influence exerted by the American government on Brazilian territory in the 1940. Bearing in mind that this specific period corresponds to a relevant milestone, in which the idealized model of civilization gradually passed from European influence to the social standards of behavior readily established by the United States of America. It is noted that this paradigm shift did not occur organically, but rather through a methodology organized by the United States government that actively disseminated the concept of the American way of life, especially in other nations on the American continent, using the most varied media vehicles, whether magazines such as Reader's Digest or even cultural products from the most varied niches, such as cinematographic productions, television programs, radio stations and even musical works. Thus, the study developed here actively focuses on the cultural issues related to this influence, which was widely evident during that period. It highlights the mechanisms used to shape so-called "cultural imperialism", a concept strongly connected to issues experienced in contemporary Brazil-US relations.

Keywords: Americanization in Brazil. 1940s. Imperialism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Soldados desembarcam na Normandia em 1944	21
Figura 2 – Carmen Miranda e seu adereço de frutas	27

LISTA DE QUADRO

Quadro 1: Correntes de Pensamento nas Elites Brasileiras (1940-1945)	30
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

OCIAA – *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs*

EUA – Estados Unidos da América

MoMA – *Museum of Modern Art*

FEB – Força Expedicionária Brasileira

PBV – Política da Boa Vizinhança

SUMÁRIO

Introdução	10
CAPÍTULO 1. A Política da Boa Vizinhança e o contexto histórico brasileiro (1937-1945)	15
1.1. Germanismo e Doutrina Monroe	16
1.2. O Estado Novo e a diplomacia Vargas	20
1.3. A Segunda Grande Guerra, o alinhamento aos aliados e suas consequências	21
CAPÍTULO 2. Estratégias e mecanismos de Americanização Cultural	24
2.1. Música, rádio e indústria cultural	25
2.2. Símbolos e mediadores culturais	27
2.3. A recepção brasileira à americanização cultural	29
Considerações finais	32
Fontes Consultadas	34
Referências Bibliográficas	34

Introdução

Um dos objetivos centrais desta pesquisa consiste em investigar as bases que fundamentaram a disputa cultural e ideológica travada pelos Estados Unidos em território brasileiro ao longo da década de 1940. Ressalta-se que o período em questão encontrava-se profundamente marcado pelas tensões geopolíticas decorrentes da Segunda Guerra Mundial, conflito estabelecido entre as nações aliadas e as potências do Eixo, sob liderança da Alemanha Nazista (TOTA, 1997).

Nesse contexto, o Brasil emergiu como um território estratégico na disputa pela hegemonia continental entre Estados Unidos e Alemanha. Para além de sua relevância geográfica e recursos naturais, o país configurava-se como o maior mercado da América Latina e um potencial aliado militar – fatores que justificavam o intenso assédio das duas potências (COMPAGNON, 2010; TOTA, 1997). Tal cenário foi ainda exacerbado pela crescente influência germânica na região, materializada no alinhamento pró-Eixo de nações como a Argentina e nas simpatias fascistas de setores das elites políticas e militares brasileiras durante o Estado Novo (COMPAGNON, 2010; TOTA, 2000).

Diante dessa conjuntura, o governo estadunidense intensificou suas ações de influência cultural por meio do chamado *soft power*¹ (GALLAROTTI, 2022; NYE, 2021), canalizado através da Política da Boa Vizinhança – iniciativa que se estendeu a toda a América Latina e Caribe (NETO; LEAL, 2023, p. 162). Contudo, embora a retórica oficial evocasse uma suposta irmandade entre as nações do continente, a atuação prática dos Estados Unidos revelou-se gradativamente mais impositiva, valendo-se de uma sofisticada indústria de propaganda para exportar valores culturais. Esse esforço

¹ O termo *soft power* — em contraposição ao *hard power* — foi originalmente formulado pelo renomado teórico das relações internacionais Joseph S. Nye, em sua obra *Bound to Lead: The Changing Nature of American Power*, publicada no ano de 1990 (NYE, 2021). Conforme definido pelo autor, tal conceito denota a capacidade intrínseca de determinados Estados em impor suas agendas e influências no cenário político internacional sem recorrer necessariamente ao emprego ostensivo de força militar. Gallarotti (2022) salienta que a distinção primordial entre *soft power* e *hard power* reside precisamente na possibilidade de consecução de objetivos estratégicos na esfera da política externa sem acarretar os mesmos danos à imagem internacional que invariavelmente acompanham intervenções diretas. Não obstante, o mesmo autor adverte que tal distinção não configura uma dicotomia absoluta. Isto porque, por um lado, ações militares (*hard power*) podem criar condições favoráveis para a expansão de influência cultural — ou seja, o *hard power* como precursor do *soft power* —; por outro, a proximidade ideológica e a permeabilidade cultural (*soft power*) frequentemente pavimentam o caminho para formas mais diretas de ingerência política e militar, a exemplo da instalação de bases militares conjuntas ou da realização de exercícios bélicos coordenados.

particularmente incisivo no Brasil, que simultaneamente enfrentava a estratégia análoga – porém antagônica – da *germanização*² promovida pelo Terceiro Reich (TOTA, 1997, p. 116-7).

Nessa perspectiva, procuramos entender como uma grande potência conseguiu influenciar uma mudança na cultura, nos valores e até na identidade de outro país usando estratégias indiretas e muito bem organizadas. O estudo desse processo histórico pode ajudar a explicar não só a influência americana no Brasil no passado, mas também situações atuais, como a recepção interna do debate sobre as tarifas comerciais impostas pelo governo Trump. As discussões políticas recentes mostram que é preciso questionar influências culturais que parecem comuns hoje, mas que na verdade foram cuidadosamente construídas ao de várias décadas.

Além disso, mesmo existindo pesquisas sobre a Política da Boa Vizinhança, o pan-americanismo e a indústria cultural no Brasil, este trabalho defende que é importante juntar essas análises de forma clara e didática. A proposta é mostrar como esses elementos funcionaram juntos para promover a *americanização cultural*³ no Brasil nos anos 1940.

Partindo dessas premissas, o presente estudo direciona-se à seguinte questão central: *de que forma os vetores culturais mobilizados pelos Estados Unidos na década de 1940 atuaram como instrumentos de consolidação hegemônica no Brasil, e qual a correlação entre esses mecanismos e os interesses geopolíticos estadunidenses?*

Para responder a essa questão central, o estudo estabeleceu como objetivo geral identificar e analisar criticamente os principais veículos de difusão cultural

2 Desde a Primeira Guerra Mundial, parte da intelectualidade brasileira demonstrou simpatia pelo que a historiografia nacional viria a chamar de pólo “germanófilo” (COMPAGNON, 2014, pp. 99-100). Contudo, a partir dos anos 1920, mesmo entre aqueles que mais tarde defenderiam certa aproximação com os Estados Unidos, houve quem se encantasse pela estética nazista. Para esses, a cultura e a arte alemãs representavam não apenas uma resistência à influência inglesa, mas também um contraponto ao que se via como interferência “ianque” (TOTA, 2000, p. 22-23). Assim, a *germanização* surgia, em suas perspectivas, como uma alternativa possível — ou até mesmo um antídoto — à crescente *americanização*.

3 Segue-se aqui o uso desse conceito proposto por Tota (1993, p. 191), compreendendo a *americanização* como um processo complexo e ativo de assimilação de valores estéticos e culturais estadunidenses pelo Brasil e outras nações americanas. Retoma-se a perspectiva do autor, para quem o encontro cultural não se resumiu — como sugerem abordagens simplistas — à mera descaracterização da identidade nacional, mas sim gerou formas originais de expressão cultural (TOTA, 1993, p. 192-193). Não obstante, conforme alerta o próprio Tota (1997), a *americanização cultural* enquanto projeto político não pode ser entendida como fenômeno espontâneo ou orgânico. Na realidade, configurou-se como iniciativa planejada e sistemática, como demonstra os personagens Carmen Miranda e Zé Carioca, e cujos desdobramentos na cultura brasileira demandam análise crítica.

mobilizados pelos Estados Unidos para consolidar sua hegemonia no Brasil durante os anos 1940, com ênfase nas interconexões entre tais instrumentos e a estratégia geopolítica norte-americana. Para tanto, delinearam-se quatro objetivos específicos: mapear os dispositivos operacionais da Política da Boa Vizinhança enquanto ferramenta de *soft power* no contexto brasileiro; descrever os processos de institucionalização da americanização cultural ante a disputa com outras potências pelo espaço cultural nacional; avaliar o papel do ideário pan-americano na legitimação dos projetos expansionistas estadunidenses; e, por fim, catalogar as respostas da sociedade civil e do Estado brasileiro à penetração da indústria cultural norte-americana.

Este estudo elegeu como objeto de análise os complexos mecanismos – tanto culturais quanto políticos – mobilizados pelos Estados Unidos para difundir o *American way of life*⁴ em território brasileiro na década de 1940. A opção por esta temática justifica-se pela urgência em desvendar, mediante abordagem metodológica qualitativa⁵ e análise descritiva⁶, as estratégias sistemáticas então empreendidas. A relevância desta pesquisa reside na aplicação de análise de conteúdo para examinar documentos históricos, artigos acadêmicos de época e registros governamentais, permitindo investigação aprofundada dos processos de americanização cultural que transcende aspectos meramente diplomáticos tradicionalmente privilegiados nos estudos sobre o período.

Ressalta-se que a combinação entre pesquisa bibliográfica e análise documental de fontes diversificadas justifica-se pela complexidade do fenômeno estudado, que demanda abordagem multifacetada para compreender suas manifestações indiretas e prolongadas na sociedade brasileira. A estruturação da

4 Conforme Tota (p. 21-22), o *American Way of Life* – modelo de vida e trabalho característico dos Estados Unidos – pode ser definido por alguns princípios fundamentais. Primeiramente, valoriza-se o trabalho duro e com objetivos racionais. Além disso, defende-se a moderação tanto nas demonstrações afetivas quanto nos gastos financeiros. Outro aspecto importante é a visão do progresso como um fim em si mesmo, sem questionamentos. Por fim, esse modo de vida prega tanto a liberdade religiosa quanto a econômica como pilares essenciais.

5 Optou-se pela abordagem qualitativa para investigar as nuances e os impactos culturais da americanização no Brasil, uma vez que ela permite uma análise mais profunda das expressões culturais, políticas e sociais envolvidas. Conforme ressalta Savazo (2023, p. 18), “a abordagem qualitativa é indispensável quando se busca interpretar fenômenos de longa duração e influências culturais que se manifestam de formas indiretas e multifacetadas”. A análise qualitativa permitirá, portanto, explorar o impacto das políticas estadunidenses de forma mais detalhada, indo além das mudanças visíveis para observar as implicações mais sutis e prolongadas no cenário brasileiro.

6 Conforme explicita Bonavides (2006), a análise descritiva torna possível detectar as modificações culturais e ideológicas resultantes de influências estrangeiras, examinando como essas transformações se integram às práticas sociais e aos sistemas de valores locais.

análise em três eixos temáticos – política da boa vizinhança, pan-americanismo e indústria cultural – oferece um esquema analítico adequado para categorizar e interpretar sistematicamente os padrões de influência cultural identificados nas fontes. A delimitação temporal (1940-1945) justifica-se por representar o período de maior atividade das estratégias estadunidenses de influência cultural durante a Segunda Guerra Mundial, oferecendo corpus documental rico e diversificado adequado para análise qualitativa descritiva. Como demonstram Lima e Neto (2019), as políticas culturais norte-americanas demonstraram-se especialmente enérgicas no contexto da Segunda Guerra Mundial, estruturando-se mediante iniciativas que buscavam fortalecer os vínculos com os países do continente americano.

Esta pesquisa contribui para os estudos de História Cultural das Relações Internacionais ao demonstrar como políticas de *soft power* (NYE, 2021) se materializam em práticas culturais concretas, identificando tanto as estratégias de disseminação quanto às diversas formas de recepção na sociedade brasileira.

A coleta de dados foi realizada através de uma análise documental de fontes diversificadas, incluindo artigos de periódicos acadêmicos, livros de referência, relatórios governamentais e documentos históricos da época. Essas fontes foram selecionadas por sua relevância histórica e rigor acadêmico, permitindo o embasamento teórico e histórico necessário para o estudo. Como observa Teixeira (2014, p. 115), “os documentos oficiais e os registros de época fornecem uma visão autêntica sobre a execução e os efeitos das políticas culturais de americanização, especialmente em países do hemisfério sul, como o Brasil”. Este processo de coleta envolveu a consulta de periódicos especializados em história, como a *Revista Brasileira de Política Internacional*, bem como de acervos digitais que disponibilizam documentos governamentais e produções culturais da época.

Para categorizar o conteúdo analisado, os documentos foram divididos em três grandes eixos temáticos: a política da boa vizinhança, o pan-americanismo e a indústria cultural. Esses eixos estruturam a análise, que visa desvendar como esses elementos foram integrados nas práticas de americanização. A seleção dos documentos dentro desses eixos foi fundamentada na importância e frequência de termos como “americanização”, “imperialismo cultural” e “boa vizinhança”, o que facilitou uma compreensão organizada das estratégias culturais utilizadas.

É necessário reconhecer as limitações inerentes a esta pesquisa, sobretudo quanto à disponibilidade de fontes históricas completas e ao viés potencial na

interpretação dos documentos da época. Como ressalta o pesquisador Tota (1997, p. 116), “o fascínio estético-técnico da americanização exercia atração em setores da sociedade brasileira, ao passo que outros mantinham uma postura crítica”, o que evidencia a diversidade de reações à influência estadunidense. Assim, a interpretação dos dados deve considerar o contexto político e social da época, evitando simplificações.

A metodologia adotada busca compreender a *americanização cultural* no Brasil de maneira ampla e sistemática, alinhando a análise documental à interpretação crítica dos fenômenos culturais e políticos da década de 1940. Com o uso de uma abordagem qualitativa e da análise de conteúdo, é possível delinear as influências culturais dos Estados Unidos no Brasil, refletindo o modo como tais influências se consolidaram na sociedade brasileira e as suas repercussões para o desenvolvimento cultural do país ao longo das décadas seguintes.

A estrutura do presente estudo organiza-se em dois capítulos, os quais se dispõem a examinar os contornos da política da boa vizinhança (PBV) e seus desdobramentos no contexto brasileiro.

No primeiro capítulo, aborda-se a gênese da PBV, articulando-a ao panorama geopolítico da década de 1940, com ênfase nas dinâmicas que permearam as relações entre Estados Unidos e Brasil durante o Estado Novo. Destaca-se, ainda, o cenário internacional marcado pela Segunda Guerra Mundial e pela disputa de influências entre as potências do eixo e os aliados.

O segundo capítulo debruça-se sobre os mecanismos culturais, políticos e econômicos empregados pelos Estados Unidos para consolidar sua hegemonia no Brasil, analisando desde a disseminação do *american way of life* até o papel estratégico de veículos midiáticos como o cinema, o rádio e as revistas. Ainda no capítulo 2 exploramos como a PBV reverberou na formação de uma identidade cultural brasileira parcialmente moldada por valores estadunidenses — fenômeno que, de certo modo, ainda se manifesta na contemporaneidade e sugere uma persistente inclinação *americanista* na sociedade nacional.

CAPÍTULO 1 A Política da Boa Vizinhança e o contexto histórico brasileiro (1937-1945)

Embora a Constituição Brasileira de 1891 tenha sido profundamente influenciada pelo modelo norte-americano, a Primeira República manteve inquestionável vocação europeia – com nítida preponderância francesa, seguindo a tendência latino-americana. Como bem observa Compagnon (2014, p. 18), as jovens nações do continente nutriam paradoxal dualidade: enquanto buscavam inspiração política tanto na Revolução Americana quanto no republicanismo francês, seu farol cultural e social permanecia firmemente orientado para Paris, Londres ou Berlim.

Esta influência materializava-se em iniciativas concretas: as missões intelectuais francesas no Brasil (SUPPO, 2000; CONSOLIM, 2021), a criação da *Escuela Superior de Guerra* de tradição alemã em Buenos Aires, e o estabelecimento dos comitês da *Alliance Française* no Brasil (1889) e Argentina (1893) (COMPAGNON, 2014, p. 31). Tais evidências demonstram que as potências europeias, contrariando frontalmente a Doutrina Monroe⁷, mantinham ativa disputa pela hegemonia política e cultural na América Latina.

O cenário sofreria radical transformação a partir de 1914. O conflito europeu – e particularmente o período entre-guerras – promoveu um golpe fatal neste europeísmo (COMPAGNON, 2014). Se inicialmente as elites intelectuais latino-americanas dividiam-se entre posições germanófilas e aliadófilas, o saldo final foi de profunda desilusão ante o que o mesmo autor denominou "suicídio da Europa" (2014, p. 302). Esta crise existencial abriu espaço para a busca de novos paradigmas civilizatórios, – levando de início ao que Sevcenko chama de “ataque cerrado” ao arielismo⁸, que explica a guinada das vanguardas literárias brasileiras rumo ao

7 Segundo Compagnon (2014, p. 20, 34), a Doutrina Monroe inicialmente revestiu-se de um discurso pan-americano, apresentando-se como proposta de cooperação hemisférica. Em sua fase inaugural, limitava-se a declarar os princípios da política externa estadunidense: a) a rejeição à interferência europeia nos assuntos das jovens nações americanas; e b) o compromisso correlato de não intervenção nos conflitos do Velho Mundo (premissa que ajuda a compreender a relutância inicial dos EUA em ingressar na Primeira Guerra). Todavia, a partir de 1898 – com a Guerra Hispano-Americana e anexação de territórios – a doutrina sofreu radical reinterpretação expansionista. A Emenda Platt (1903), que na prática transformou Cuba em protetorado norte-americano, e a construção do Canal do Panamá no mesmo ano, evidenciaram a transição de uma retórica cooperativa para uma agenda expansionista. Este novo paradigma encontraria sua consagração formal no Corolário Roosevelt (1904), que explicitou a doutrina como justificativa para intervenções unilaterais (TEIXEIRA, 2014; MANDELBAUM, 2019).

8 Sevcenko (1992, p. 217) define o arielismo como o “idealismo de uma elite culta de ‘elevar a América Latina aos padrões superiores da civilização européia’”.

modernismo antropofágico e ao indianismo nacionalista, e da argentina em direção à valorização do catolicismo, da herança hispânica e da figura do gaúcho como símbolo nacional (COMPAGNON, 2014, p. 310-1).

Neste contexto de colapso das referências tradicionais e rearranjo geopolítico global, tanto os Estados Unidos quanto a Alemanha Nazista mobilizariam intensamente seus aparatos culturais e de propaganda, engajando-se em sofisticada batalha pelas consciências no continente americano (TOTA, 2000).

1.1. Germanismo e Doutrina Monroe

Conforme demonstra Teixeira (2014), em sua mensagem anual ao Congresso norte-americano em 1823, o presidente James Monroe estabeleceu os princípios fundamentais da política externa estadunidense para o continente, rejeitando categoricamente qualquer forma de intervenção europeia nas jovens nações americanas. Embora jamais tenha empregado literalmente a expressão "A América para os americanos" – fórmula que lhe seria posteriormente atribuída como síntese de sua doutrina –, seu discurso articulava claramente a necessidade de solidariedade hemisférica contra as antigas metrópoles colonizadoras, e foi um das expressões do que foi chamado a partir de então de pan-americanismo⁹.

Essa posição ficou explícita na passagem em que Monroe advertiu: "devemos considerar qualquer tentativa da parte deles [europeus] de estender seu sistema para qualquer parte deste hemisfério como um perigo para a nossa paz e segurança" (MONROE apud TEIXEIRA, 2014, p. 115).

Apesar disso, a formulação apresentada por Monroe – apenas posteriormente consolidada como "Doutrina Monroe" – não adquiriu imediata efetividade política. Como demonstra Teixeira (2014, p. 115), uma doutrina configura-se precisamente pela sistematização conceitual e aplicação prática de princípios, processo que no caso

⁹ De acordo com Mandelbaum (2019), o conceito de Pan-Americanismo afirmava a existência de valores comuns entre as nações do continente americano – então designado como Novo Mundo. Tal visão, imbuída de um caráter utópico, baseava-se não apenas na proximidade geográfica, mas também no mito fundador compartilhado: a luta pela independência contra as metrópoles europeias e a subsequente adoção de regimes republicanos. O Pan-Americanismo defendia a "ideia de Hemisfério Ocidental", proclamando que as nações americanas estavam unidas por "valores, sentimentos e destino" comuns – resistência ao colonialismo, republicanismo e solidariedade política (MANDELBAUM, 2019, p. 3). Nessa perspectiva, o Novo Mundo seria moralmente superior à Europa, com uma ordem pacífica e um respeito singular ao direito internacional. Contudo, essa retórica serviu, sobretudo, para legitimar a hegemonia estadunidense no continente.

em análise ocorreria tardiamente. A interpretação e instrumentalização dos postulados monroistas só se efetivariam diante de circunstâncias históricas específicas, transformando-se progressivamente em eixo estruturante da política externa norte-americana para o continente.

A partir da virada do século XIX para o XX, a reconfiguração da interpretação da Doutrina Monroe – marcada por intervenções bélicas, anexações territoriais e cobranças coercitivas de dívidas – catalisou a emergência de um forte sentimento anti-estadunidense na região. Com o fim da Primeira Guerra e a emergência dos Estados Unidos como principal potência econômica mundial, essa sua posição como guia dos estados americanos parecia confirmada, bem como a ameaça à soberania dos demais Estados nacionais do continente. Nesse contexto, e para suavizar a imagem de potência imperialista, a retórica internacionalista que justificava tais ações adotou, paradoxalmente, a moldura conceitual da "Política da Boa Vizinhança". Originalmente formulada por Herbert Hoover (1929-1933), esse constructo discursivo buscava projetar uma imagem que funcionava como uma espécie de alusão a conduta amistosa entre países vizinhos, ainda que sua implementação prática revelasse contradições óbvias. (NETO; LEAL, 2023, p. 162).

Findo o mandato quadrienal de Hoover, Franklin Delano Roosevelt apropriou-se da moldura conceitual da "Boa Vizinhança", expandindo-a para uma política externa sistemática voltada às relações interamericanas – com ênfase na América Latina. Essa reorientação estratégica manifestou-se precocemente em seu discurso de posse, no qual afirmou:

No que diz respeito à política internacional, eu gostaria de dedicar esta nação à política da bom vizinho – o bom vizinho que resolutamente respeita a si mesmo e, porque o faz, respeita o direito dos demais – o vizinho que respeita suas obrigações e respeita a santidade de seus acordos dentro e com um mundo de vizinhos. (SPELLACY, 2017, *apud* NETO; LEAL, 2023, p. 162, tradução própria¹⁰).

Convém registrar que, justamente nesse período, os partidos fascistas europeus – que emergiram nos escombros da Grande Guerra (1914-1918) – ascendiam ao poder, reconfigurando os rumos políticos de seus Estados nacionais.

10 "In the field of world policy, I would dedicate this Nation to the policy of the good neighbor—the neighbor who resolutely respects himself and, because he does so, respects the rights of others—the neighbor who respects his obligations and respects the sanctity of his agreements in and with a world of neighbors".

Nesse contexto transatlântico de radicalização autoritária, o getulismo, articulado sob a égide de um nacionalismo exacerbado e da concentração de poderes no Executivo, apresentava-se como resposta às angústias brasileiras, inaugurando o que a historiografia consagraria como Era Vargas.

A Alemanha, mesmo antes da eclosão da Segunda Guerra Mundial, já exercia significativa influência estética e ideológica entre os oficiais das Forças Armadas brasileiras (TOTA, 2000). Como destaca Tota (2000, p. 23), setores do oficialato brasileiro percebiam na "produção em massa das indústrias de bugigangas dos norte-americanos (...) os desvarios de uma sociedade excessivamente materializada e mercantilizada", demonstrando clara preferência pelo modelo alemão. Esse fascínio não se limitava apenas ao aspecto militar, mas estendia-se à pretensa elegância da estética uniformizante nazista (TOTA, 2000, p. 23) difundidas pelo seu ministério de propaganda.

Como bem analisa Tota (2000, p. 23-26), essa atração estava alicerçada numa narrativa de ordem pós-crise e na suposta inevitabilidade histórica que permeava as produções culturais alemãs da época. A exibição de filmes-propaganda como "O Triunfo da Vontade", de Leni Riefenstahl, promovia não apenas uma visão militarizada da sociedade, mas também propagava ideais de moralização da vida pública que encontravam eco significativo entre a oficialidade brasileira. Esse fenômeno revela como discursos de cunho autoritário e a estetização do poder conseguiam penetrar nas instituições militares do Brasil do período.

No que concerne à recepção da influência cultural estrangeira, o governo Vargas adotou uma postura ambivalente, associando-se tanto aos Estados Unidos quanto à Alemanha conforme os interesses de sua própria agenda política – o que evidencia a assimilação estratégica do *soft power* dessas nações e reforça o caráter não inteiramente passivo de sua atuação (TOTA, 2000, GOULART, 1990).

Em meio à disputa pela hegemonia cultural com a Alemanha, a Política da Boa Vizinhança (PBV), promovida pelos Estados Unidos, mostrou-se especialmente eficaz, em grande parte devido à anuência do governo Vargas. Este, por sua vez, aproveitou-se dos recursos oferecidos pela PBV para consolidar sua própria propaganda estatal, valendo-se dos veículos de mídia norte-americanos para disseminar seus ideais. Nesse contexto, surgiram os chamados "enlatados", produções artísticas e culturais fabricadas em escala industrial, cujo propósito central

era difundir os valores político-culturais estadunidenses, como pode ser verificado no trecho a seguir:

A PBV se conectou a este contexto, sobretudo através do cinema, como instrumento de americanização, uma 'fábrica de ideologias', que consolidou valores positivos supostamente ligados ao heroísmo e excepcionalismo estadunidense, tais como: democracia, liberdade, independência, direitos individuais e progresso através do trabalho duro. Desse modo, a PBV articulou os valores estadunidenses a uma percepção positiva das tradições da ALC (América Latina e Caribe), como receptáculo da modernização. No entanto, neste esforço para estabelecer mudanças, ressaltou imagens negativas da ALC, como suscetível às revoluções e ao nazismo, e positivas dos EUA, como grande irmão protetor do hemisfério. (NETO; LEAL, 2023, p. 162).

Como evidenciado na citação supracitada, a Política da Boa Vizinhança (PBV) articulava três eixos fundamentais: a) a ação direta do governo estadunidense, b) a indústria cultural estadunidense propriamente dita, e c) os setores industriais tradicionais. Ressalta-se que tais atores atuavam em conluio, compartilhando um objetivo comum: a consolidação de um monopólio tanto na produção quanto na distribuição de conteúdos audiovisuais (NETO; LEAL, 2023, p. 163).

À propagação dos valores morais e culturais estadunidenses somava-se um objetivo igualmente estratégico: impedir a difusão de estereótipos negativos sobre os Estados Unidos, a qual, como já citado, a propaganda nazista se devotava (TOTA, 2000). Cumpre destacar que a ingerência do governo norte-americano não se limitava a meras sugestões; estendia-se à proposição de temas específicos e ao fornecimento de materiais para a elaboração das produções cinematográficas. Esse empreendimento mostrou-se particularmente eficaz durante a Segunda Guerra Mundial, viabilizando a ampliação da influência estadunidense não somente junto às nações vizinhas, mas em escala global, através da formação de trustes e monopólios cinematográficos através de investimento e intervenção diplomática norte-americana direta (NETO; LEAL, 2023, p. 163).

Diante do exposto, constata-se que a configuração efetivamente estabelecida entre as nações do continente americano – sob o pretexto do ideário pan-americano – revelava um propósito ulterior: reservar mercados emergentes e consolidar uma zona de influência abrangente (política, social, econômica e militar) sob hegemonia estadunidense (MANDELBAUM, 2019). Ao mesmo tempo em que alegavam resistir à intervenção europeia e preservar a democracia no continente – os Estados Unidos

posicionavam-se, assim, efetivamente como xerifes hemisféricos¹¹.

1.2. O Estado Novo e a diplomacia Vargas

O cenário doméstico brasileiro a partir da instauração do Estado Novo configurava paradoxo histórico interessante: enquanto a disputa de modelos políticos se desdobrava em escala global, consolidava-se no país um regime ditatorial de feitura explicitamente inspirado no fascismo de Mussolini. Como demonstra Bonavides (2006, p. 81), a arquitetura institucional do Estado Novo – implantado após a dissolução do Congresso Nacional em 1937 e a supressão das eleições – caracterizava-se por: a) Concentração absoluta de poder no executivo, com eliminação sistemática de mecanismos de controle e oposição; b) Estrutura repressiva baseada em tribunais excepcionais e encarceramento político indiscriminado (Código Penal de 1941, Art. 23º); c) Formalização jurídica autoritária por meio da chamada “Constituição Polaca”, cujo teor – conforme análise constitucional de Lima e Neto (2019, p. 10) – consagrava princípios organicistas e anticomunistas típicos dos regimes totalitários então vigentes na Europa.

A participação brasileira diante dessa oposição decorreu a partir de um complexo processo diplomático, no qual o governo Vargas – em sintonia com as contradições internas do Estado Novo – adotou inicialmente postura pendular entre os EUA e a Alemanha nazista. Como ressaltam Júnior e Silva (2014, p. 05), tal ambivalência refletia não apenas o caráter oportunista do regime golpista, mas também suas fissuras internas: de um lado, a influência de militares pró-fascistas como Dutra e Góis Monteiro; de outro, a atuação de Oswaldo Aranha, cuja orientação liberal contrastava com o viés autoritário das Forças Armadas.

Essa estratégia de oscilação calculada revelava objetivo concreto: assegurar financiamento estadunidense para o projeto desenvolvimentista de Vargas, em

11 A noção de "xerifes hemisféricos" encontra robusta fundamentação na tradição interpretativa da política externa estadunidense. Como demonstram análises consolidadas por Teixeira (2014), a Doutrina Monroe (1823) – e especialmente seu Corolário Roosevelt (1904) – institucionalizou-se numa dupla lógica de atuação: de um lado, o discurso de proteção contra interferências extracontinentais; de outro, a afirmação de um direito de intervir nos assuntos internos das nações latino-americanas. Essa postura "xerifescas" manifestava-se concretamente através de dois eixos: a justificativa de intervenções militares sob o pretexto de garantir a "estabilidade econômica e democrática", e a imposição de "medidas corretivas" – inclusive ocupações armadas – em casos como o do não pagamento de dívidas; assumindo, portanto, o papel de "policia exclusiva do hemisfério ocidental" (TEIXEIRA, 2014, p. 117).

especial para a implantação da Companhia Siderúrgica Nacional (LIMA; NETO, 2019, p. 13). A tática mostrou-se bem-sucedida em 1942, quando o Brasil – após obter os recursos almejados – alinhou-se definitivamente aos Aliados, abandonando sua posição equidistante para assumir participação ativa no esforço de guerra. A conjugação entre interesses econômicos e pressões geopolíticas acabou por definir, assim, o desfecho da ambiguidade inicial.

1.3. A Segunda Grande Guerra, o alinhamento aos aliados e suas consequências

Figura 1 – Soldados desembarcam na Normandia em 1944



Fonte: National Geographic, 2024

O Brasil encontrava-se, portanto, no epicentro de uma disputa geopolítica entre duas potências antagônicas (NETO; LEAL, 2023, p. 162). Por um lado, estava sujeito à germanização (TOTA, 1997, p. 118), termo que remete ao projeto expansionista do Terceiro Reich, voltado para a disseminação da cultura e dos valores alemães no estrangeiro; por outro, via-se impactado pela influência cada vez mais acentuada dos Estados Unidos, que por meio da Política da Boa Vizinhança buscava consolidar seu domínio no continente (CORBELLINI, 2016, p. 21).

Esse embate ideológico ocorria em paralelo aos confrontos diretos da Segunda Guerra Mundial, período no qual o regime nazista, seguindo uma política externa marcadamente colonialista (LIMA; NETO, 2019, p. 13), intentava ampliar sua esfera de influência junto às nações latino-americanas, inclusive o Brasil, estrategicamente

relevante em função de sua posição geográfica e de seu potencial econômico (SAVAZO, 2023, p. 18).

Essa postura ambivalente adotada pelo governo de Getúlio Vargas durante o desenrolar do conflito de magnitude mundial, acabou por gerar severas críticas em determinados setores burgueses da sociedade Brasileira da época, que passaram a se valer da expressão “a cobra vai fumar” para criticar a inércia do governo em mobilizar as forças armadas para a Segunda Grande Guerra, uma vez que tal expressão se referia a uma situação tão surreal e difícil de ocorrer, no entanto após longo impasse a Força Expedicionária Brasileira (FEB) embarcou para a Itália, afim de contribuir no combate contra os Nazistas, conforme pode ser lido no trecho em destaque:

A expressão “a cobra vai fumar” já era um ditado popular da época, que significava algo difícil de ser realizado, e, se acontecesse, sérios problemas poderiam surgir. Algumas pessoas começaram a usá-lo durante o início da 2ª Guerra Mundial, como uma provocação dos mais pessimistas à Força Expedicionária Brasileira, que diziam que “era mais fácil uma cobra fumar do que o Brasil entrar na Guerra”. Com o envio de cerca de 25.000 militares para combater na Itália, a expressão tornou-se, então, símbolo da FEB. (MUSEU DO EXPEDICIONÁRIO, 2024).

Apesar de relativamente tardia, uma vez que o pelotão de expedicionários desembarcou na Itália somente em outubro de 1944, a atuação das Forças Armadas Brasileiras foi de todo bem sucedida, como observado por Piovezan (2012, p. 9), quem destacou as acentuadas dificuldades encontradas pelos militares no desenvolvimento de suas atividades no acampamento, dividido com os demais países aliados.

Cabe destacar, ainda, que o Brasil – embora sob um regime ditatorial – aliou-se às forças democráticas na Segunda Guerra Mundial, as quais, em tese, combatiam regimes autoritários. Essa aparente contradição contribuiu, de modo decisivo, para o declínio do Estado Novo, encerrado pouco após o fim do conflito mundial (LIMA; NETO, 2019, p. 13).

Em tal conjuntura, setores influentes da sociedade passaram a exigir a redemocratização do país. A pressão, ainda que enfrentasse a censura vigente, tornou-se inegável, forçando o governo Vargas a adotar medidas que permitiram a convocação de novas eleições. Como se observa no trecho a seguir:

Portanto, nesse contexto, diversos setores sociais começam a pedir a

democracia interna, o restabelecimento da democracia no Brasil. Entre esses grupos destacam-se a UNE – União Nacional dos Estudantes (criada em 1937), os meios de comunicação, rádio, jornal, que apesar da censura efetuada pelo DIP, começam a pressionar. E também temos destaque para o movimento dos mineiros, que contou inclusive com a participação do escritor Carlos Drummond de Andrade. Diante do contexto apresentado, Getúlio Vargas convoca eleições para 1945, acaba com a censura à imprensa e à anistia aos presos políticos. Como a oposição ao Estado Novo crescia, essas foram algumas tentativas de mudar o jogo. A esperança do Governo Vargas era de que ele pudesse concorrer novamente as eleições presidenciais de 1945 (LIMA; NETO, 2019 p. 13).

O período retratado revela um momento decisivo na trajetória política brasileira, quando as demandas por redemocratização ganharam força expressiva nos estertores do Estado Vargas. A partir de 1945, diversos segmentos sociais – entre os quais se destacavam a União Nacional dos Estudantes (UNE), os veículos de imprensa e coletivos regionais como o movimento mineiro – passaram a pressionar mais intensamente pela instauração de um regime democrático, mesmo enfrentando o rígido aparato censório do Departamento de Imprensa e Propaganda¹² (DIP) (GOULART, 1990)

Diante desse quadro, Vargas viu-se compelido a implementar mudanças significativas: a convocação de eleições, a flexibilização da censura midiática e a anistia a presos políticos constituíram medidas estratégicas para acomodar o crescente clamor por transformações. Tais ações, decorrentes da ampliação das vozes oposicionistas ao Estado Novo, refletiam a tentativa do mandatário de reposicionar-se no cenário político e assegurar condições para uma eventual candidatura nas eleições marcadas para aquele ano.

12 De acordo com Goulart (1990, p. 20), o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) constituiu-se como o principal aparato ideológico do Estado Novo, cabendo-lhe a função de "(...) sistematizar o pensamento filosófico e político do regime, arrolando e divulgando ideias que sustentavam seu projeto político". Sua atuação bifrontina combinava a censura implacável de conteúdos dissonantes com a difusão de uma narrativa oficial que enaltecia o caráter supostamente pacífico e cordial da identidade nacional brasileira – representação esta fundamentada no mito da democracia racial (GOULART, 1990). O DIP exercia rigoroso controle sobre os meios de comunicação, assegurando não apenas a homogeneidade das mensagens veiculadas, mas também a supressão de quaisquer manifestações contestatórias. Greves, movimentos sindicais e críticas à gestão pública eram sistematicamente excluídos do noticiário, conforme atestam os documentos censórios do período, por contradizerem a imagem de eficiência estatal e coesão social que o governo buscava projetar (GOULART, 1990, p.20). Destaca-se que esse mecanismo de controle estendia-se mesmo à produção cinematográfica nacional ainda incipiente, cuja exibição dependia de certificação prévia do DIP. Paradoxalmente, tal censura convivia com a crescente penetração cultural norte-americana: antes da exibição dos filmes hollywoodianos, eram inseridas mensagens de propaganda varguista, numa estratégia que amalgamava a censura local com o projeto mais amplo de americanização cultural (GOULART, 1990, p. 50-51).

Capítulo 2. Estratégias e mecanismos de americanização cultural

Como o presente trabalho entende o esforço de aumentar a influência americana no Brasil nos anos 1940 como integrante de um projeto de imperialismo cultural, convém, inicialmente, destacar que o conceito de imperialismo, segundo Savazo (2023), sofreu significativa reelaboração ao longo do século XX: se no século XIX referia-se sobretudo ao sistema político-militar do Império Britânico, a análise marxista posterior — notadamente a de Lênin (1916) — ampliou seu escopo, passando a abranger a dimensão econômica das potências capitalistas ocidentais, em especial os Estados Unidos, enquanto as ações de Estados socialistas mantinham ênfase no eixo político-militar. Savazo ressalta ainda que Lênin, pioneiramente, interpretou o imperialismo não como mera política, mas como etapa essencial do desenvolvimento capitalista, marcada pela expansão transnacional do controle de recursos e mercados.

Para Lênin, o imperialismo representava uma fase inevitável do capitalismo — uma segunda etapa em que o sistema, esgotadas as possibilidades de expansão interna, voltava-se para o domínio externo, exercido sobretudo pelas metrópoles capitalistas (com destaque para os EUA). O teórico russo anteviu, ainda, que essa dinâmica seria impulsionada pela busca desenfreada de recursos naturais escassos, mesmo em territórios estrangeiros, consolidando-se por meio da penetração de corporações norte-americanas em economias periféricas. Savazo ressalta que:

(...) o termo “imperialismo” foi cunhado por Lenin (1916), de modo a estabelecer uma conexão entre os movimentos estruturais, econômicos, filosóficos e políticos. Para o autor, o imperialismo é um estágio avançado do capitalismo e ocorre para a sobrevivência e desenvolvimento de tal sistema econômico através da busca por mercados externos, controle de recursos naturais e dominação de áreas geográficas estratégicas. Ele explicou que o crescimento das empresas capitalistas e a busca por cada vez mais lucros levariam à concentração e a centralização do capital, resultando em monopólios e oligopólios. (SAVAZO, 2023, p. 18).

O adjetivo “cultural” acrescido ao termo imperialismo serve para distinguir essa modalidade de dominação da tríade político-militar-econômica tradicional, caracterizando-se antes por uma atuação mais sutil que visa transformar valores e padrões culturais de sociedades estrangeiras (SAVAZO, 2023). Essa abordagem

representa uma estratégia indireta de influência, onde a mudança de mentalidades precede e facilita a hegemonia política e econômica.

Como observa Corbellini (2016, p. 21), a atuação intensa dos EUA na América Latina durante esse período relacionava-se diretamente com sua estratégia de segurança nacional. Diante da guerra e da disputa por recursos em escala mundial, as nações com instituições democráticas frágeis – como era o caso do Brasil na Era Vargas – tornavam-se alvos preferenciais tanto para a influência americana quanto para a propaganda do Eixo, exigindo do governo norte-americano uma resposta cultural coordenada e eficaz.

De fato, as ações do governo nazista visavam explicitamente disseminar sentimentos antiamericanos na América Latina, estratégia que foi prontamente identificada pela agência de inteligência estadunidense (Office of Strategic Services, precursora da CIA) (TOTA, 2000, p. 50-51). Em resposta, o governo dos EUA criou o *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* (OCIAA), organismo autônomo dedicado à difusão de valores culturais norte-americanos na região através de diversos veículos midiáticos (CORBELLINI, 2016, p. 21).

Embora essa iniciativa tivesse claros elementos imperialistas, seu discurso oficial enfatizava o intercâmbio cultural bilateral, buscando tanto evitar estereótipos quanto abrir o que Corbellini (2016, p. 21) denomina "via de mercado" – estratégia que corroborava a tese leninista (SAVAZO, 2023) sobre a expansão inevitável do capitalismo em busca de novos mercados. Assim, a propagação do *American way of life* cumpriu duplo propósito: servir como antídoto à influência germânica e, simultaneamente, consolidar novos mercados para produtos e valores estadunidenses, expandindo os lucros das corporações norte-americanas no pós-guerra.

2.1 Música, rádio e indústria cultural

A eclosão da Segunda Guerra Mundial paradoxalmente impulsionou as vendas de discos no Brasil, a ponto de motivar a criação da gravadora Continental em pleno conflito bélico. Esse período coincidiu com o ápice da chamada "época de ouro" da música popular brasileira (1927-1946), marcada pela profissionalização dos músicos e pela busca de uma identidade cultural autêntica (TOTA, 2000). Contudo, é pertinente destacar que, dada ao fato de que a indústria fonográfica e cultural nacional estar

ainda em gestação, a produção musical nacional ainda sofria forte influência estrangeira – notadamente francesa e norte-americana –, aspecto discernível inclusive nas letras dos sambas então produzidos. Nesse contexto, multiplicaram-se as agências publicitárias internacionais que, através de seus programas, vendiam não apenas produtos, mas sobretudo o desejo de consumi-los (TOTA, 2000).

A Rádio Nacional, que em 1942 expandiu sua cobertura para ondas curtas atingindo todo o território nacional, consolidou-se como a emissora paradigmática do período. De fato, o rádio firmou-se como o principal meio de comunicação de massas no Brasil entre as décadas de 1930 e 1960, conforme atestou o acadêmico Genolino Amado em sua colaboração para a Revista Cruzeiro em 1940:

E esse milagre da vida moderna em nenhuma parte pode ser sentido e apreciado melhor do que no Brasil. É que em parte nenhuma há uma necessidade tão grande e premente de vozes coordenadas, unificadoras. O único meio de o brasileiro não se achar muito pequeno dentro do Brasil é o de reunir-se a outros brasileiros. E é pelo rádio que essa reunião se processa." (Revista O Cruzeiro, 1940, ed. 38) (AMADO, 1940)

A penetração de produtos estadunidenses no Brasil – como Coca-Cola, aspirina e cremes dentais – reconfigurou o financiamento das emissoras de rádio, cuja programação passou a ser majoritariamente bancada por essas empresas (TOTA, 2000). A fundação da gravadora Continental em 1943 pelo industrial Jackson Byington Jr. – figura importante no cenário cultural brasileiro da época e simultaneamente representante da Columbia Pictures no país – representou um marco na consolidação da indústria fonográfica nacional (MILLARCHI, 1991, p. 4). Essa iniciativa não apenas atendia à crescente demanda por música gravada durante o período beligerante, mas também refletia as transformações no mercado de entretenimento brasileiro, cada vez mais influenciado pelo modelo industrial norte-americano (TOTA, 2000).

Mais do que mero entretenimento, a música transformou-se em instrumento de dupla face: de um lado, vetor de ideologias e valores associados ao *American way of life*; de outro, matéria-prima para a construção de uma identidade nacional brasileira. Como observa Tota (2000, p. 191), as estratégias de marketing das multinacionais converteram-se em "pedagogia do consumo", ensinando hábitos cotidianos através de jingles e patrocínios radiofônicos. Paradoxalmente, essa mesma infraestrutura midiática acabou por fomentar artistas locais, numa espécie de

resistência por assimilação (CORBELLINI, 2016, p.25). Não por acaso, esse período coincide com o que posteriormente seria denominado "Era de Ouro" do rádio brasileiro (1940-1960), quando artistas como Carmen Miranda e Dorival Caymmi transformaram-se simultaneamente em ícones culturais e embaixadores comerciais de uma brasilidade industrializada (MENDONÇA, 1999).

2.2 Símbolos e mediadores culturais

Figura 2 – Carmen Miranda e seu adereço de frutas



Fonte: Neves, 2023.

O período em estudo testemunhou a ascensão meteórica de Carmen Miranda no cenário estadunidense, cujas performances encapsulavam uma visão estereotipada – porém culturalmente eficaz – da brasilidade (MENDONÇA, 1999). Sua persona artística, marcada pelos turbantes de frutas tropicais, coreografias exuberantes e letras em português, funcionava como metonímia de um Brasil exótico e acolhedor, que ao mesmo tempo em que foi construída como um esforço da indústria cultural americana, obedecendo o espírito que mais tarde criaria o CIAA, também servia ao interesse de exportar a imagem de um Brasil varguista para o mundo (MENDONÇA, 1999, p. 68, p. 82)¹³. Contudo, esse mesmo sucesso transnacional

¹³ Segundo Mendonça (1999, p. 87-8), o Office of the Coordinator of Inter-American Affairs (CIAA) estabeleceu uma relação institucional direta com o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) durante o Estado Novo, designando inclusive um cinegrafista para atuar em colaboração com o órgão censório varguista. Em 1943, essa cooperação formalizou-se ainda mais através do envio de um formulário pelo CIAA ao DIP, no qual se consultava sobre quais representações do Brasil deveriam ser privilegiadas nas produções cinematográficas hollywoodianas. Conforme os registros analisados por Mendonça (1999), as sugestões do DIP refletiam os interesses estratégicos do governo brasileiro na época, destacando-se, entre outros elementos: os exercícios militares conjuntos entre Brasil e Estados

render-lhe-ia críticas contundentes em seu próprio país: acusavam-na de descaracterizar-se para adequar-se ao gosto norte-americano, como evidenciado pelo episódio ocorrido no Cassino da Urca em 15 de julho de 1940¹⁴.

Conforme relata Totta (2000, p.16-17), ao ser recebida com frieza após saudar o público em inglês e interpretar "The South American Way", Miranda respondeu com a canção "Disseram que voltei americanizada" – declaração performática de resistência identitária que paradoxalmente coexistia com sua crescente assimilação pelo mercado de entretenimento norte-americano.

Tal qual ocorrera com o emblemático caso de Carmen Miranda, o Brasil dos anos 1940 encontrou-se submetido a uma influência estadunidense tão abrangente quanto sistemática. Como demonstram os estudos de Tota (2000) e Corbellini (2016), essa penetração cultural assumiu características particularmente impositivas, atingindo virtualmente todas as esferas da sociedade brasileira – do entretenimento às estruturas de poder.

Objetivando conter o avanço do germanismo, os Estados Unidos implementaram uma estratégia multifacetada que combinava *soft power* cultural com pressões econômicas e políticas. Como bem ilustra o seguinte recorte documental:

O fascínio estético-técnico da americanização que atraía setores da sociedade brasileira não era compartilhado por significativa fração do alto oficialato das Forças Armadas brasileiras. Os militares viam na

Unidos; o processo de beneficiamento do látex na economia nacional; o desenvolvimento das novas indústrias no território brasileiro; a arquitetura modernista que marcava o projeto urbanístico da capital federal; e, por fim, as representações da vida noturna carioca, então entendida como um dos ícones da identidade cultural brasileira a ser difundida internacionalmente. Essa interlocução entre o CIAA e o DIP demonstra como a política da boa vizinhança não se limitou a uma mera imposição unilateral de valores estadunidenses, mas envolveu, em certa medida, uma negociação de narrativas que atendessem tanto aos interesses de Washington quanto às estratégias de propaganda do estado novo brasileiro.

14 A apresentação de Carmen Miranda no Cassino da Urca em 15 de julho de 1940 tornou-se emblemática das tensões culturais do período. Segundo registra Tota (2000), a artista, que retornava de sua bem-sucedida estada nos Estados Unidos, foi recebida com hostilidade pelo público carioca ao utilizar expressões em inglês durante o espetáculo – reação que interpreta-se como uma resistência à sua aparente "americanização". Dois meses depois, a cantora responderia a essas críticas de forma irônica, reafirmando em suas canções que jamais abandonaria sua ginga característica e suas raízes no samba, conforme analisa Tota (2000, p. 16-18). Contudo, como demonstra Tota (2000), essa reação negativa não pode ser compreendida simplesmente como uma defesa da cultura nacional. O autor argumenta que tal postura refletia, antes, o que classifica como "caráter mazombo" da elite carioca da época – termo que designa uma mentalidade ainda profundamente vinculada a referências europeias. Para esses setores sociais, tanto as manifestações culturais brasileiras quanto as norte-americanas eram percebidas como expressões menores perante os padrões culturais europeus que ainda orientavam seu gosto e valores (TOTA, 2000, p. 16-18). Essa perspectiva revela as complexas dinâmicas de poder simbólico que atravessavam o campo cultural brasileiro no período, onde o debate sobre identidade nacional se via tensionado entre diversas influências estrangeiras em disputa.

produção em massa das indústrias de bugigangas dos norte-americanos os desvarios de uma sociedade excessivamente materializada e mercantilizada. Naquele momento, o modelo de autarquia experimentado pela Alemanha nazista parecia ser um paradigma mais adequado para muitos militares brasileiros. (TOTA, 1997, p. 116).

Cumprir destacar que a influência estadunidense no Brasil configurou-se como um projeto sistemático de penetração cultural. Ainda que o Terceiro Reich tenha logrado alguns avanços pontuais em território brasileiro, foi a indústria cultural norte-americana que, através de um sofisticado intercâmbio artístico, abriu caminho para a projeção internacional de figuras como Carmen Miranda – conforme analisado anteriormente – e para a consolidação de estereótipos sobre a identidade nacional, exemplificados pela personagem Zé Carioca, criação da Walt Disney Company no filme *Alô Amigos* (CORBELLINI, 2016, p. 25).

Nesse mesmo movimento, artistas plásticos brasileiros como Lasar Segall e, particularmente, Cândido Portinari, foram promovidos pelo Museum of Modern Art (MoMA) de Nova Iorque (TOTA, 2000, p. 106-7). Essa estratégia visava construir no imaginário estadunidense uma imagem favorável do Brasil, reforçada ainda por documentários que, centrados no Rio de Janeiro, apresentavam uma narrativa redutora – quando não francamente imprecisa – da história nacional. Como observa Corbellini (2016, p. 26), essas produções, patrocinadas por Nelson Rockefeller, destacavam a exuberância natural do país e selecionavam aspectos específicos de seu passado imperial e republicano, omitindo contradições sociais mais profunda.

2.3 A recepção brasileira à americanização cultural

O processo de americanização cultural no Brasil, ainda que sistematicamente orquestrado pelo governo estadunidense, não se deu de forma passiva ou unidirecional. Conforme assevera Nye (2021), o *soft power* opera quase sempre numa dialética entre fascínio e imposição, premissa essa que se aplica cabalmente ao caso brasileiro. O trecho seguinte, de Lima Barreto, demonstra bem que o fascínio causado pela estética norte-americana, acompanhado pela consternação com a consequente deterioração da cultura nacional, existe desde o século XIX: “Substituir o ideal coletivo que é espontaneamente o nosso, por um outro, que vai de encontro à nossa

mentalidade e ao nosso temperamento, é suicidar-nos” (LIMA apud Total, 2000, p. 9).

A recepção da americanização pelas elites brasileiras foi marcada por uma clivagem estrutural. De um lado, setores vinculados ao comércio e às artes abraçavam o *American way of life* como sinônimo de modernidade; de outro, militares e intelectuais conservadores viam no modelo alemão uma alternativa autárquica.

Esse conflito manifestou-se até mesmo no âmbito pessoal: a adesão de Vargas ao desenvolvimentismo financiado pelos EUA (vide a CSN) contrastava com suas simpatias pelo corporativismo fascista (LIMA; NETO, 2019, p. 13). O Quadro 1 atualizado explicita as correntes em disputa:

Quadro 1 – Correntes de Pensamento nas Elites Brasileiras (1940-1945)

Grupo	Atração Principal	Rejeição	Expressão Cultural	Fonte
Burguesia comercial	Consumo e tecnologia (EUA)	Nacionalismo econômico	Publicidade, cinema Hollywood	Tota (2000);
Alto oficialato	Militarismo (Alemanha)	"Mercantilismo yankee"	Ensino militar germanófilo	Tota (2000); Savazo (2023)
Artistas	Projeção internacional	Crítica ao estereótipo, Mazombismo	Carmen Miranda, Portinari	Tota (2000); Corbellini (2016)

(Fonte: Elaborado pela autora)

Se a elite se dividia, a cultura de massa vivia sua própria ambiguidade. A Rádio Nacional – financiada por empresas como Coca-Cola – tornou-se simultaneamente vetor de valores estadunidenses e plataforma para artistas nacionais. Conforme destacado anteriormente, Genolino Amado observou em 1940: "O rádio [é] o único meio de o brasileiro não se achar muito pequeno dentro do Brasil, reunindo-se a outros brasileiros." (AMADO, 1940).

Essa dualidade ecoa na análise de Gallarotti (2022) sobre o *soft power*: a infraestrutura cultural importada (como a gravadora Continental) servia aos interesses

estadunidenses, mas também permitia a construção de uma identidade nacional midiática – ainda que filtrada por códigos estrangeiros.

O governo Vargas soube capitalizar a PBV em seu benefício. A participação do Brasil na Segunda Guerra ao lado dos Aliados, por exemplo, foi negociada em troca do financiamento da CSN – mas não sem resistências internas, como atesta o célebre episódio da expressão *"a cobra vai fumar"* (MUSEU DO EXPEDICIONÁRIO, 2024). Apesar da aliança formal com os EUA, Vargas manteve até 1942 uma postura ambivalente, demonstrando que a americanização foi, em grande medida, instrumentalizada pelo projeto desenvolvimentista do Estado Novo.

O legado desse período é, como demonstrado, paradoxal: se por um lado a cultura brasileira assimilou valores e formas de consumo estadunidenses – desde o gesto do polegar afirmativo citado por Tota (2000, p. 10) até a linguagem cinematográfica –, por outro, soube reelaborá-los criticamente, ainda que quase sempre subordinando-os aos interesses das elites dirigentes do respectivo período. Como pondera Mandelbaum (2019), o Pan-Americanismo foi menos uma união de iguais e mais um discurso de dominação mediada.

Considerações finais

À guisa de conclusão, as considerações finais não apenas sintetizam os achados desta pesquisa, mas também apontam lacunas e possibilidades para investigações futuras, sobretudo no que tange a intersecções com áreas como os estudos culturais e a economia política, capazes de ampliar a compreensão desse complexo processo histórico.

O presente estudo buscou investigar as complexas dinâmicas do processo de americanização cultural no Brasil durante a década de 1940, período marcado pela intersecção entre a Segunda Guerra Mundial e as transformações geopolíticas do pós-guerra. Conforme demonstrado ao longo desta pesquisa, a influência estadunidense no país não se limitou à esfera econômica ou política, mas operou principalmente através de uma estratégia sistêmica de *soft power* (NYE, 2021), materializada na Política da Boa Vizinhança e na disseminação de produtos culturais que redefiniram valores, comportamentos e identidades.

Se, por um lado, os Estados Unidos valeram-se de mecanismos sutis — como o cinema hollywoodiano, a música e a propaganda institucional — para consolidar o *American way of life* como paradigma de modernidade, por outro, o Brasil não se constituiu como mero receptáculo passivo desse projeto. Como evidenciado no Capítulo 2, a sociedade brasileira respondeu à americanização com um movimento dialético: assimilou elementos estrangeiros, mas também os reelaborou criticamente, seja através da resistência aberta de setores militar e intelectual (TOTA, 1997, p. 116), seja pela apropriação criativa de veículos como o rádio e a indústria fonográfica.

A análise revelou que o discurso pan-americano, embora propagasse a ideia de uma união entre iguais (MANDELBAUM, 2019), ocultava uma relação assimétrica. A atuação de Carmen Miranda nos EUA e a criação do Zé Carioca pela Disney exemplificam essa dinâmica: ainda que tenham projetado o Brasil no exterior, fizeram-no sob uma ótica estereotipada, reduzindo a identidade nacional a símbolos facilmente consumíveis (CORBELLINI, 2016, p. 25). Essa imagem construída não apenas serviu aos interesses econômicos estadunidenses, mas também influenciou a autoimagem dos brasileiros, que passaram a se enxergar, em parte, pelo olhar estrangeiro.

Metodologicamente, a opção por uma abordagem qualitativa e documental permitiu explorar as nuances desse processo, desde as grandes estratégias geopolíticas até suas microexpressões na cultura popular. A triangulação de fontes — como documentos oficiais, produções midiáticas da época e análises acadêmicas — confirmou que a americanização foi tão eficaz precisamente por sua natureza multifacetada: ao mesmo tempo que seduzia com promessas de progresso, consolidava uma dependência estrutural, com reflexos na economia, na política e nos modos de vida (SAVAZO, 2023, p. 18).

O legado desse período permanece visível na contemporaneidade. Se o gesto do "polegar afirmativo" citado por Tota (2000, p. 10) simboliza a introjeção de valores estadunidenses, a resistência crítica a estereótipos como o Zé Carioca demonstra que a cultura brasileira soube negociar, ainda que desigualmente, com a hegemonia estrangeira. Este estudo, portanto, não apenas elucidou os mecanismos históricos da americanização, mas também ofereceu instrumentos analíticos para repensar desafios atuais, como o neocolonialismo cultural e a soberania identitária na era globalizada.

Por fim, este estudo buscou abrir um diálogo para investigações futuras que possam aprofundar ou contrastar seus achados. Sugere-se, por exemplo, uma análise comparativa entre o caso brasileiro e outros países latino-americanos submetidos à Política da Boa Vizinhança — como México e Argentina —, a fim de verificar se a recepção da americanização seguiu padrões semelhantes ou apresentou particularidades regionais. Igualmente relevante seria examinar os desdobramentos pós-1945, investigando como a influência cultural estadunidense se reconfigurou durante a Guerra Fria, período em que o *soft power* foi intensamente reativado como ferramenta geopolítica (SAVAZO, 2023). Outro eixo promissor envolveria mapear as continuidades entre os estereótipos culturais consolidados nos anos 1940 e suas reverberações no imaginário contemporâneo, tema que demanda diálogos interdisciplinares com os Estudos Culturais e a Comunicação.

FONTES CONSULTADAS:

AMADO, Genolino. O rádio e o Brasil. **O Cruzeiro**: Revista semanal ilustrada, Rio de Janeiro, ano XII, n. 38, p. 2, 20 jul. 1940. Disponível em: <<https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003581&pagfis=0>>. Acesso em: 26 jul. 2025>.

MILLARCH, Aramis. Continental e a sua história gravada fundo dentro da MPB. **Estado do Paraná**, Almanaque, Música, p. 4, 14 mar. 1991. Disponível em: <<https://millarch.org/artigo/continental-sua-historia-gravada-fundo-dentro-da-mpb>> Acesso em: 20 out. 2024.

NATIONAL GEOGRAPHIC. **Os 80 anos do Dia D**: veja poderosas imagens sobre a data que foi crucial para o fim da Segunda Guerra. Disponível em: <<https://www.nationalgeographicbrasil.com/os-80-anos-do-dia-d-veja-poderosas-imagens-sobre-a-data-que-foi-crucial-para-o-fim-da-segunda-guerra>> Acesso em: 21 out. 2024.

NEVES, M. **Museu Carmen Miranda, no Rio de Janeiro, reabre com acervo fashion da cantora**. 2023. Disponível em: <<https://aloalobahia.com/notas/museu-carmen-miranda-no-rio-de-janeiro-reabre-com-acervo-fashion-da-cantora>> Acesso em: 21 out. 2024.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BONAVIDES, P. **Getúlio Vargas e o Estado social das ditaduras**. RDE: Revista de Direito do Estado, Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, p. 71-82, abr./jun. 2006

CONSOLIM, M. Circulação de intelectuais e recepção das novas ciências do homem francesas no Brasil: 1908-1932. **Tempo Social**, v. 33, n. 1, 28 abr. 2021.

COMPAGNON, O. **O adeus à Europa**: A América Latina e a Grande Guerra (1914-1939). Rio de Janeiro: Rocco, 2014.

CORBELLINI, João Felipe Albuquerque. **Processo de Americanização do Brasil 1920-1945**. 2016. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) - Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<https://www.his.puc-rio.br/wp-content/uploads/Joao-Felipe-Albuquerque-Corbellini.pdf>> Acesso em: 21 out. 2024.

HOBSBAWN, Eric. **A era dos extremos**: O breve século XX, 1914-1991. 1ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

GALLAROTTI, G. M. Esteem and influence: soft power in international politics.

Journal of Political Power, v. 15, n. 3, p. 383–396, 2 set. 2022. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/2158379X.2022.2135303>> Acesso em 22 jul. 2025.

GOULART, Silvana. **Sob a verdade oficial**: Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo. São Paulo: Marco Zero, 1990.

JUNIOR, O. F.; SILVA, I. **Diplomacia e ciência no contexto da Segunda Guerra Mundial**: a viagem de Arthur Compton ao Brasil em 1941. Revista Brasileira de História, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbh/a/Mj4GMS5BLWHdsMY9d97yQQd/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 21 out. 2024.

LIMA, P. L. S.; NETO, L. M. F. **A era Vargas e um breve histórico de suas fases**. 2019. Disponível em: <<https://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/percurso/article/view/3610/371371986>> Acesso em: 21 out. 2024.

MANDELBAUM, Henoch Gabriel. **O lugar do Brasil na América**: a questão do Pan-americanismo na Terceira Conferência Internacional Americana de 1906 e seus reflexos no pensamento político brasileiro. 2022. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: <<https://sdpsc.pfflch.usp.br/sites/sdpsc.pfflch.usp.br/files/inline-files/3233-3326-1-PB.pdf>> Acesso em: 21 out. 2024.

NETO, R.; LEAL, B. A Política da Boa Vizinhança nas páginas da revista Foreign Affairs (1941-1946). **Revista Mosaico**. v. 16, n. 3, p. 159–173, 28 set. 2023. Disponível em: <<https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/12425>> Acesso em: 22 out. 2024.

NYE, J. S. Soft power: the evolution of a concept. **Journal of Political Power**, v. 14, n. 1, p. 196–208, 10 fev. 2021. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/2158379X.2021.1879572>> Acesso em: 21 jul. 2025.

PIOVEZAN, Adriane. Ritos de Morte: o Pelotão de Sepultamento da FEB (1944-1945). In: OLIVEIRA, D; ROSTY, C. S. **A Força Expedicionária Brasileira e a Segunda Guerra Mundial – Estudos e Pesquisas**. DECEX–DPHCEx–CEPHiMEx, Rio de Janeiro (2012): p 3-8.

SAVAZO, Giovanna. **O Imperialismo cultural estadunidense como ferramenta de influência no Brasil durante a Guerra Fria**. 2023. Tese (Mestrado em Relações Internacionais) - Faculdade de Direito e Relações Internacionais, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2023. Disponível em: <<https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/5777/1/GiovannaSavazo.pdf>> Acesso em: 21 out. 2024.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole**: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. 1ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SUPPO, Hugo R. A política cultural da França no Brasil entre 1920 e 1940: o direito e o avesso das missões universitárias. **Revista de História**, n. 142-143, p. 309–345, 30 dez. 2000. Disponível em: <<https://revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18904>> Acesso em 19 jul. 2025.

TEIXEIRA, C. G. P. Uma política para o continente – reinterpretando a Doutrina Monroe. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 57, p. 115–132, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbpi/a/NtyHN9QBWLBTB4bZNJG6F3R/#>> Acesso em: 20 out. 2024.

TOTA, A. P. Americanização no condicional: Brasil nos anos 40. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v. 16, 1993. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/778>> Acesso em: 21 out. 2024.

_____. Entre Berlim e Nova York: paradigmas e paradoxos no Brasil dos anos 40. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados De História, v.14, p. 113-127, fev. 1997. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11236/8243>> Acesso em: 21 out. 2024.

_____. **O Imperialismo Sedutor**: A Americanização do Brasil na Época da Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.